

## DIREITO CONSTITUCIONAL

Nas questões de 01 a 04, assinale a opção correta.

- 01- a) Um ato normativo anterior à Constituição em vigor, que com ela é compatível materialmente, mas que não se reveste de forma legislativa prevista nessa mesma Constituição, é tido como revogado.
- b) Não se pode discutir em juízo a validade de uma lei em face da Constituição que vigorava quando o diploma foi editado, se a lei é plenamente compatível com a Constituição que se encontra atualmente em vigor.
- c) É possível a instituição da pena de morte por crimes hediondos, bastando que, antes, o direito à vida seja excluído do rol das cláusulas pétreas, sendo, em seguida, o caso da condenação pelo crime hediondo excepcionado dessa garantia constitucional.
- d) Denominam-se princípios constitucionais sensíveis as normas estatuídas pelo poder constituinte originário insuscetíveis de proposta de abolição pelo poder constituinte de reforma.
- e) Uma norma do poder constituinte originário pode afetar efeitos ainda por ocorrer de fato ocorrido no passado.
- 02- a) Todo ato baseado em lei afirmada inconstitucional pelo STF em controle abstrato se torna, como consequência automática dessa decisão, também nulo e insuscetível de produzir efeitos.
- b) A concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade não pode tornar aplicável a legislação anterior, que a lei, objeto da ação direta de inconstitucionalidade, revogara expressamente, porquanto não se admite a repristinação entre nós.
- c) Os tribunais de justiça estaduais não dispõem de competência para realizar o controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais em face da Constituição Federal.
- d) O autor da ação direta de inconstitucionalidade perante o STF não pode desistir da ação proposta, mas pode desistir de pedido de medida cautelar, por entender que a suspensão da lei não mais interessa ao bem público.
- e) O Advogado-Geral da União deve ser ouvido em todos os processos de controle abstrato de leis perante o STF, para defender a validade do diploma sob exame.
- 03- a) Porque as leis já gozam, por si mesmas, da presunção de constitucionalidade, não se admite liminar em ação declaratória de constitucionalidade.
- b) Como garantia do princípio do contraditório no processo de fiscalização abstrata das leis realizado pelo STF, é possível a intervenção no processo, na qualidade de assistentes ou de litisconsortes, de entidades, regionais ou nacionais, representativas de classe.
- c) Órgão fracionário de tribunal de segunda instância pode declarar a inconstitucionalidade de lei, prescindindo dos procedimentos próprios do incidente de inconstitucionalidade, se o Supremo Tribunal Federal já tiver julgado, mesmo que em sede de recurso extraordinário, inconstitucional o mesmo diploma.
- d) O Procurador-Geral da República tem legitimidade para propor ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, atendendo a requerimento fundamentado e circunstanciado do Presidente do Banco Central.
- e) A ação rescisória é instrumento hábil para o STF desconstituir declaração de inconstitucionalidade de lei, proferida em ação direta de inconstitucionalidade, que já tenha transitado em julgado.
- 04- a) O Tribunal de Contas da União, que não integra o Poder Judiciário, não tem competência para declarar a inconstitucionalidade de leis.
- b) Proposta de Emenda à Constituição, mesmo que ainda não votada no Congresso Nacional, pode ser objeto de controle de constitucionalidade no caso concreto, embora não possa ser objeto de controle de constitucionalidade em tese.
- c) Uma Emenda à Constituição, já promulgada, não pode ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade.
- d) O efeito vinculante da decisão que julga procedente ação declaratória de constitucionalidade não atinge os órgãos do Poder Executivo que não hajam participado do processo no Supremo Tribunal Federal.
- e) O Supremo Tribunal Federal pode apreciar, em ação direta de inconstitucionalidade, a constitucionalidade de qualquer lei federal.

05- Suponha que você, como Procurador do Banco Central do Brasil, se depara com diversos processos, ainda sem trânsito em julgado, em que juízes de primeiro grau julgam procedentes ações movidas contra a autarquia. Você observa que os magistrados estão dando aplicação a lei que já fora objeto de ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, julgada improcedente no seu mérito, em decisão já transitada em julgado. Você está convicto da inconstitucionalidade do diploma. Como melhor meio para, expeditamente, preservar o interesse do Banco Central do Brasil na causa, você deve:

- a) Recorrer de todas as decisões, suscitando incidente de inconstitucionalidade.
- b) Aguardar o trânsito em julgado das decisões, para, então, se proposta execução, suscitar a invalidade da sentença, porque a decisão que dá aplicação a lei inconstitucional não faz coisa julgada.
- c) Interpor recurso extraordinário diretamente de cada decisão proferida, com fundamento em violação de dispositivo constitucional.
- d) Formular representação, fundamentada, ao Procurador-Geral da República, para que ele ajuíze ação direta de inconstitucionalidade, a fim de que a lei seja declarada inconstitucional pelo STF.
- e) Ajuizar reclamação diretamente no STF com relação a cada decisão proferida.

Nas questões de 06 a 08, assinale a opção correta.

- 06- a) A Constituição garante o direito de licença-maternidade e de licença-paternidade à mulher e ao homem, respectivamente, que adota uma criança.
- b) Uma vez que as normas constitucionais definidoras de direitos e garantias têm aplicação imediata, nenhum direito fundamental pode deixar de ter a sua fruição judicialmente assegurada por falta de regulação legislativa.
  - c) Entre os direitos fundamentais, somente os de índole social podem ter por sujeito passivo um particular.
  - d) Pessoas jurídicas de direito público podem invocar certos direitos fundamentais previstos no capítulo da Constituição relativo aos direitos e deveres individuais e coletivos.

e) Uma vez que o interesse público deve prevalecer sobre o interesse privado, no conflito entre um direito individual e um interesse público, mesmo que ambos estejam previstos constitucionalmente, o interesse particular deverá ceder ao público.

07- a) O Ministério Público Federal tem legitimidade, em inquérito penal ou inquérito civil público, para requisitar diretamente ao Banco Central dados sigilosos sobre movimentação bancária de pessoa sob a sua investigação.

b) Constitui prova ilícita a gravação de conversa telefônica não autorizada judicialmente, mesmo que feita por um dos interlocutores, vítima de investida criminosa levada a cabo por meio da mesma ligação telefônica.

c) O princípio do duplo grau de jurisdição não configura garantia constitucional do indivíduo na órbita administrativa.

d) A determinação judicial de quebra de sigilo bancário deve ser antecedida de procedimento no qual o investigado possa defender-se, com os meios e recursos legais.

e) A garantia constitucional da inviolabilidade de domicílio não alcança o escritório profissional particular do indivíduo.

08- a) No sistema de separação de poderes vigente entre nós, não se admite caso de edição, por órgão do Judiciário, de normas estabelecendo direitos e obrigações.

b) A proibição constitucional de penas de caráter perpétuo alcança não somente penas criminais como também influencia o âmbito das penas administrativas.

c) Conforme entendimento pacificado na doutrina e na jurisprudência, os direitos individuais, previstos em tratados internacionais, gozam do *status* de norma constitucional.

d) As provas obtidas por meio ilícito são inadmissíveis no processo judicial, não havendo objeção constitucional, porém, a que possam servir de válido elemento de convicção no processo administrativo.

e) Nenhuma profissão pode ser exercida sem que antes tenha sido objeto de regulação por lei.

09- A respeito dos direitos políticos, assinale a opção correta.

- a) Os militares não são alistáveis.
- b) As hipóteses de inelegibilidade estão dispostas taxativamente no texto constitucional.
- c) É facultativa a filiação partidária para a candidatura a cargo eletivo no âmbito do Poder Executivo.
- d) O analfabeto é elegível, desde que tenha se alistado anteriormente.
- e) A condenação por improbidade administrativa não pode ensejar a cassação de direitos políticos.

10- Assinale a opção correta.

- a) Não cabe intervenção federal em município pelo descumprimento de ordem judicial proveniente de tribunal federal.
- b) Os Estados-membros podem legislar sobre matéria da competência legislativa privativa da União na hipótese de inércia do Congresso Nacional.
- c) A União pode intervir no Município para reorganizar as suas finanças, quando o Município deixar de pagar as suas dívidas fundadas por mais de dois anos.
- d) O descumprimento por Estado-membro de decisão da Justiça do Trabalho pode ensejar intervenção federal, por requisição do Tribunal Superior do Trabalho.
- e) Os Estados gozam de competência legislativa complementar nas matérias de competência privativa da União.

11- Embora autônomo, o Estado-membro não é soberano, na federação brasileira. Ao se auto-organizar deve elaborar constituição que respeite certas limitações de conteúdo. Assinale a opção que se refere a norma que pode ser inscrita numa Constituição Estadual.

- a) Norma estabelecendo que o Governador do Estado não será processado criminalmente pelo Superior Tribunal de Justiça sem prévia licença da Assembléia Legislativa.
- b) Norma subordinando a nomeação de Secretários de Estado à aprovação da Assembléia Legislativa.

- c) Norma fixando em quatro quintos dos membros da Assembléia Legislativa o quorum para aprovação de emendas constitucionais.
- d) Norma criando para os servidores públicos estaduais a licença especial por assiduidade, garantida a possibilidade da sua conversão em dinheiro.
- e) Norma estabelecendo que o Governador do Estado não poderá ser preso por fato estranho ao exercício do mandato, enquanto estiver no cargo.

12- Assinale a opção correta.

- a) A falta de lei específica regulando o direito de greve dos servidores públicos não impede o exercício de tal direito, que estará limitado, porém, pelas normas comuns de direito do trabalho.
- b) A aprovação do seu órgão deliberativo e o registro no cartório próprio são suficientes para a criação de subsidiária de uma sociedade de economia mista.
- c) O Presidente da República, valendo-se de decreto que estabeleça um código de ética no serviço público, pode estatuir restrições de atividades particulares ao ocupante de cargo público que tenha acesso a informações privilegiadas.
- d) A garantia constitucional da isonomia não é fundamento bom para que um grupo de servidores públicos, sob regime estatutário, obtenha, por meio de sentença judicial, vantagem financeira atribuída por lei exclusivamente a outra categoria funcional, apesar de estarem ambas em análoga situação de fato.
- e) A Constituição proíbe a pena de perda de bens, admitindo-a, porém, excepcionalmente, no caso da condenação por ato de improbidade administrativa.

13- Assinale a opção que prevê hipótese de competência originária do Supremo Tribunal Federal.

- a) Julgamento de *habeas corpus* em que o Procurador-Geral da República figura como paciente.
- b) Julgamento de processo relativo a crime de responsabilidade atribuído ao Presidente do Banco Central do Brasil.
- c) Julgamento de ação popular proposta contra o Presidente da República.
- d) Julgamento de ação de improbidade contra o Presidente da República.

- e) Julgamento de litígio judicial entre o Banco Central do Brasil e Município.

Nas questões 14 e 15, assinale a opção correta.

- 14- a) As decisões tomadas por membros do Judiciário em processos que correm em segredo de Justiça não precisam ser fundamentadas.
- b) A exigência de fundamentação das sentenças judiciais não pode ser tida como satisfeita quando o magistrado adota parecer do Ministério Público como a motivação da sentença em mandado de segurança.
- c) Como garantia do recrutamento de magistrados probos e de conduta ilibada, os juízes das instâncias ordinárias somente adquirem a vitaliciedade depois de vencido o estágio probatório.
- d) O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União não constitui um dos ramos especializados do Ministério Público da União.
- e) Um conflito judicial entre uma sociedade de economia mista estadual e o Banco Central em torno de títulos executivos extrajudiciais, mesmo que de conteúdo estritamente patrimonial, sem qualquer substrato político, deve ser apreciado originariamente pelo Supremo Tribunal Federal, que atua como corte pacificadora de conflito entre entidades vinculadas a diferentes esferas da Federação.
- 15- a) A Constituição situa a exploração direta da atividade econômica do Estado como tarefa típica e ordinária do Estado.
- b) É vedado à lei orçamentária anual autorizar despesa com certo programa social e regular, ao mesmo tempo, os direitos e obrigações dos indivíduos beneficiários do mesmo programa.
- c) A lei plurianual, em matéria orçamentária, deve assumir a forma de lei complementar.
- d) A fixação, de forma regionalizada, de diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e para as relativas aos programas de duração continuada constitui matéria própria da lei de diretrizes orçamentárias.
- e) Não se admite emenda parlamentar ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

- 16- A recente Lei Federal relativa aos processos administrativos adotou diversos princípios da Administração Pública entre os seus comandos. O inciso XIII do art. 2º desta Lei tem a seguinte redação:

“XIII- interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.”

Este comando alude ao seguinte princípio:

- a) finalidade
- b) proporcionalidade
- c) hermenêutica
- d) segurança jurídica
- e) legalidade

- 17- O contrato de gestão, previsto no art. 37, § 8º, da Constituição Federal, não poderá ser firmado com a seguinte entidade:

- a) autarquia
- b) organização social
- c) sociedade de economia mista
- d) fundação pública
- e) organização da sociedade civil de interesse público

- 18- Em relação ao poder de polícia administrativa, assinale a opção correta.

- a) O âmbito de sua abrangência está limitado à área de segurança dos cidadãos.
- b) Somente ocorre em caráter preventivo.
- c) Submete-se ao princípio da proporcionalidade, de forma a inibir atos excessivos por parte da Administração.
- d) Denomina-se exigibilidade a coerção por meios diretos, para compelir o administrado a observar o ato de polícia.
- e) O ato de polícia é sempre um ato discricionário.

19- Em relação à revisão do processo administrativo disciplinar de servidor público federal, é correto afirmar:

- a) da revisão do processo poderá resultar agravamento da penalidade, se assim exigir o interesse público.
- b) no processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.
- c) a simples alegação de injustiça da penalidade é suficiente para se requerer a revisão.
- d) se procedente a revisão, serão declaradas sem efeito todas as penalidades impostas ao servidor, inclusive determinando-se o seu retorno no caso de destituição de cargo em comissão.
- e) o processo de revisão somente poderá ser requerido pelo servidor, pessoalmente ou por procurador.

20- Assinale, entre os atos administrativos abaixo, aquele que não pode ser classificado como discricionário.

- a) Autorização para uso de bem público.
- b) Permissão para condução de veículo.
- c) Nomeação para cargo em comissão.
- d) Desapropriação de imóvel urbano para construção de prédio público.
- e) Interdição de estabelecimento comercial por motivo de saúde pública.

21- Entre os serviços técnicos especializados abaixo, assinale aquele que não é permitido para os fins de contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, pelo Poder Público:

- a) auditoria tributária e financeira
- b) patrocínio ou defesa de causas judiciais
- c) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal
- d) publicidade e divulgação
- e) restauração de obras de arte

22- Pela nova legislação federal, poderão ser admitidos servidores regidos pela legislação trabalhista no serviço público, como empregados públicos.

Assinale, entre as hipóteses abaixo, quando o contrato de trabalho por prazo indeterminado não pode ser rescindido unilateralmente pela Administração.

- a) Se o empregado cometer falta grave, nos termos da CLT.
- b) Se ocorrer necessidade de redução do quadro de pessoal, por excesso de despesa.
- c) Por insuficiência de desempenho do empregado, apurada em procedimento que lhe garanta o contraditório.
- d) Em caso de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.
- e) Por reprovação do empregado no estágio probatório.

23- Em relação ao contrato administrativo, é correto afirmar:

- a) a modalidade de garantia do contrato será fixada no edital, a critério da autoridade licitante.
- b) o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência, tomada de preços e convite.
- c) a alteração unilateral do contrato, por acréscimo, está limitada a 50% (cinquenta por cento) do seu valor inicial em caso de reforma de equipamento.
- d) os recebimentos provisório e definitivo do objeto do contrato poderão ser dispensados nos casos de gêneros perecíveis.
- e) a decretação de concordata do contratado é motivo para a rescisão do contrato administrativo.

24- Assinale o interesse difuso, entre os abaixo listados, que não é protegido por meio de ação popular.

- a) meio ambiente
- b) direito do consumidor
- c) patrimônio público
- d) moralidade administrativa
- e) patrimônio histórico e cultural

25- Tratando-se do serviço público, assinale a afirmativa falsa.

- a) A encampação da concessão de serviço público, por inexecução contratual por parte do concessionário, dar-se-á mediante um ato unilateral.
- b) É lícita a adoção do critério de menor tarifa do serviço a ser prestado, na licitação para concessão de serviços públicos.
- c) A modicidade das tarifas é um dos elementos do serviço adequado.
- d) É permitida a interrupção do serviço quando ocorrer o inadimplemento do usuário, mediante prévio aviso.
- e) O instrumento contratual da permissão de serviço público, ainda que precedido de licitação, tem caráter precário.

26- Assinale, entre os seguintes, o bem pertencente ao Estado Federado:

- a) os potenciais de energia hidráulica
- b) as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos
- c) os recursos minerais, inclusive os do subsolo
- d) as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes ou emergentes
- e) os recursos naturais da plataforma continental

27- Em relação à desapropriação, pode-se afirmar:

- a) a desapropriação é uma forma originária de aquisição da propriedade.
- b) é necessário que se conheça o proprietário da coisa para se ajuizar a ação expropriatória.
- c) o processo de desapropriação pode ser contestado por motivo de evicção em relação ao imóvel expropriado.
- d) o requerimento para imissão provisória na posse pode ser renovado por duas vezes, no prazo de 360 dias contados da alegação de urgência.
- e) a desapropriação por interesse social é privativa da União Federal.

28- Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante

- a) a autoridade com menor grau hierárquico para decidir.
- b) qualquer autoridade.
- c) a autoridade com competência mais próxima e similar.
- d) a autoridade com maior grau hierárquico para decidir.
- e) a autoridade com grau hierárquico intermediário para decidir.

29- Tratando-se de improbidade administrativa, assinale o ato, entre os seguintes, que causa prejuízo ao erário.

- a) Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
- b) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- c) Negar publicidade aos atos oficiais.
- d) Frustrar a licitude de concurso público.
- e) Frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.

30- A Lei Complementar nº 101/2000 estabeleceu rígidos critérios para as despesas de pessoal pela Administração Pública.

Por seus comandos, caso a despesa com pessoal exceda a 95% do limite por ela fixado, somente será permitido:

- a) provimento de cargo público decorrente de reposição por motivo de aposentadoria em áreas sociais e administrativas do serviço público.
- b) alteração de estrutura de carreira, com aumento de despesa.
- c) concessão da revisão geral anual da remuneração prevista pela norma constitucional.
- d) contratação de hora extra, em qualquer setor que comprovar a sua necessidade.
- e) criação de empregos regidos pela legislação trabalhista para o setor de educação e saúde.

## DIREITO CIVIL

31- As súmulas do STF são:

- a) fontes materiais
- b) fontes formais não estatais
- c) fontes formais estatais legislativas
- d) fontes formais estatais convencionais
- e) fontes formais estatais jurisprudenciais

32- Pelo princípio da vigência sincrônica,

- a) a norma não tem possibilidade de ser aplicada, por depender de lei posterior para produção de efeitos.
- b) a obrigatoriedade da lei é simultânea, porque entrará em vigor a um só tempo em todo país, ou seja, quarenta e cinco dias após sua publicação, não havendo data estipulada para sua entrada em vigor.
- c) a norma não será válida por si por relacionar-se com outras normas.
- d) a norma pode ter eficácia sem ter vigência.
- e) a norma sempre terá eficácia residual.

33- O hermeneuta, ao empregar a técnica gramatical para desvendar as várias possibilidades de aplicação da norma, deverá, na busca do sentido literal do texto normativo, ter em vista que:

- a) deve conferir ao texto normativo um sentido que resulte haver a norma regulado a espécie a favor e não em prejuízo de quem ela visa proteger.
- b) deve, havendo palavras com sentido diverso, fixar-lhes o adequado ou verdadeiro.
- c) deve tomar uma atitude formal, que procura solucionar eventuais incompatibilidades pelo estabelecimento de regras gerais relativas à simultaneidade de aplicação de normas, que introduzem os critérios de sucessividade, de especialidade, de irretroatividade ou de retroatividade.
- d) deve ter por base a averiguação dos antecedentes da norma.
- e) é preciso adaptar a finalidade da norma às novas exigências sociais.

34- Aponte a opção falsa.

- a) O processo genético da pessoa jurídica de direito privado apresenta duas fases: a do ato constitutivo e a do registro público.
- b) A teoria da ficção legal de Savigny conclui que, como só o homem é capaz de ser sujeito de direito, a pessoa jurídica é uma criação artificial da lei para exercer direitos patrimoniais e facilitar a função de certas entidades.
- c) O Conselho Administrativo de Defesa Econômica é pessoa jurídica de direito público interno de administração indireta.
- d) A *universitas bonorum* não é o patrimônio personalizado destinado a um fim que lhe dá unidade.
- e) As pessoas jurídicas de direito público extinguem-se pela ocorrência de fatos históricos e por imposição de norma constitucional, de lei especial ou de tratado internacional.

35- Quando a existência e eficácia do contrato estiverem na dependência de evento futuro e incerto, ter-se-á:

- a) contrato aleatório *emptio rei speratae*
- b) contrato aleatório relativo a coisa existente sujeita a risco
- c) contrato aleatório *emptio spei*
- d) contrato aleatório alusivo à coisa futura
- e) contrato condicional

36- Assinale a opção correta.

- a) A servidão pode ser instituída em favor da parte ideal do prédio dominante.
- b) O senhorio direto deverá pagar previamente os credores, quando abandonar a quem de direito o prédio aforado.
- c) Em se tratando de condomínio ordinário, objetivando bem divisível, o estado de comunhão é transitório e qualquer condômino tem o direito de exigir, a qualquer tempo, a divisão da coisa comum.
- d) O constituto possessório tem os mesmos caracteres da *traditio brevi manu*.
- e) Se o braço do rio abrir a terra, a ilha resultante desse desdobramento continua a pertencer aos proprietários ribeirinhos, mesmo se o rio for público.

- 37- O devedor pignoratício tem o dever de
- a) obter licença do credor para alienar bem onerado.
  - b) entregar o que sobeje do preço, quando a dívida for paga, seja por excussão judicial, ou por venda amigável.
  - c) conservar o bem gravado com diligência e cuidado.
  - d) reter o objeto empenhado até o implemento da obrigação.
  - e) excutir o bem gravado.

- 38- Ter-se-á exclusão da restituição do indébito se
- a) o consumidor for cobrado de quantia indevida.
  - b) alguém pagou imposto ilegal ou inconstitucional.
  - c) o *solvens* pagar débito condicional antes da realização da condição.
  - d) o *solvens* pagou juros não-convencionados.
  - e) o gerente pagou débito de empresa, supondo que se tratava de dívida própria.

- 39- A operação de mútua quitação entre credores recíprocos é:
- a) novação objetiva
  - b) transação
  - c) novação subjetiva
  - d) dação
  - e) compensação

- 40- Pela teoria da imprevisão,
- a) a onerosidade excessiva, oriunda de evento extraordinário e imprevisível, que dificulta extremamente o adimplemento da obrigação de uma das partes, é motivo de resolução contratual, por se considerar subentendida a cláusula *rebus sic stantibus*.
  - b) a dissolução do vínculo contratual apenas se dará se deliberada por ambos os contraentes.
  - c) permite-se a revisão do contrato por onerosidade excessiva em razão de fato superveniente, não se exigindo a imprevisibilidade e extraordinariedade.
  - d) não se permite revisão judicial do contrato ante o princípio da autonomia da vontade, que deverá, então, prevalecer.

- e) as estipulações feitas contratualmente deverão ser fielmente cumpridas.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

41- Citado o réu para responder aos termos de uma ação de extinção de comodato por prazo indeterminado, ele afirma que ocupava o imóvel a título de salário-utilidade, sendo que o Autor, chamado a se manifestar, nega a relação de emprego. O juiz de direito da Capital, a quem o feito foi distribuído,

- a) decidirá a questão do comodato, resolvendo, *incidenter tantum* a questão relativa à relação de emprego.
- b) só pode ingressar no tema trabalhista se alguma das partes suscitar declaratória incidental.
- c) pode decidir sobre a existência da relação de emprego, fazendo coisa julgada material sua decisão sobre o tema.
- d) não pode decidir a questão no aspecto trabalhista, em face de sua incompetência absoluta.
- e) deve remeter as partes para a Justiça do Trabalho, suspendendo o feito submetido à sua apreciação.

42- A teoria da ação adotada pelo Código de Processo Civil considera que

- a) o exercício do direito de ação independe do conteúdo da sentença que venha a ser proferida, quer seja de mérito ou não.
- b) o direito de ação é exercitado pelo Autor ao provocar a atividade jurisdicional.
- c) não terá exercitado o Autor o direito de ação se não quando procedente sua pretensão.
- d) o exercício do direito de ação terá sido exercitado quando conduzir à solução da lide.
- e) o direito de ação é apenas o próprio direito material reagindo contra ofensa que lhe foi feita.



43- Para que a relação processual se constitua e possibilite sentença de mérito é pressuposto processual, entre outros,

- a) a existência de citação válida.
- b) subjetivo, específico para o autor, que ele tenha capacidade postulatória.
- c) comum ao autor e réu capacidade para estar em juízo e capacidade postulatória.
- d) *legitimatío ad causam* do autor e do réu.
- e) subjetivo específico para o réu que ele tenha capacidade para ser parte e capacidade postulatória.

44- No curso do processo, em primeiro grau de jurisdição, morre o advogado de uma das partes. A parte é intimada a constituir novo mandatário e não cumpre a determinação no prazo legal:

- a) Se o falecimento foi do advogado do réu, o juiz considerará revel e sentenciará a favor do Autor.
- b) Se o falecimento foi do advogado do Autor, o juiz decretará a extinção do processo, com julgamento de mérito, a favor do réu.
- c) Se o falecimento foi do advogado do Autor, o juiz decretará a extinção do processo sem julgamento de mérito.
- d) Se o falecimento ocorreu já iniciada a sessão de julgamento, o processo prosseguirá até a prolação da sentença.
- e) Se o falecimento foi do advogado do réu, o juiz decretará a extinção do processo sem julgamento de mérito.

45- Havendo litisconsórcio passivo entre as pessoas físicas A e B e sendo litisconsorte também a Fazenda Pública, cada um deles com advogado próprio, suas citações foram aperfeiçoadas em dias diferentes. Nesse caso

- a) os prazos para contestar serão em dobro para A e B e em quádruplo para a Fazenda Pública, contados do aperfeiçoamento da última citação nos autos.
- b) o prazo para resposta da Fazenda Pública será em quádruplo e para os demais litisconsortes será simples, contado cada um da respectiva citação.
- c) os prazos para resposta de todos serão em quádruplo, contados da citação da Fazenda Pública.

d) o prazo de todos os litisconsortes para resposta será em dobro, contado da citação da Fazenda Pública.

e) o prazo para contestação de todos os litisconsortes será idêntico e contar-se-á da citação da Fazenda Pública.

46- Julgada procedente em parte a pretensão do autor, em via de procedimento ordinário, veio ele a apelar no décimo dia, sendo que o réu, intimado para contra-razões, apresenta-as no 15º dia e interpõe apelação adesiva no 16º.

- a) Com relação ao recurso do autor, tecnicamente, não ocasionou sua interposição nenhuma modalidade de preclusão.
- b) Com relação ao recurso adesivo do réu, terá ocorrido preclusão consumativa.
- c) Com relação às contra-razões de apelação, terá ocorrido a preclusão lógica.
- d) Com relação ao recurso do autor, terá ocorrido a preclusão consumativa.
- e) Com relação às contra-razões do réu, terá ocorrido a preclusão temporal.

47- A sentença põe fim ao processo, sem julgamento de mérito:

- a) fará coisa julgada material quando a extinção resultar da constatação da existência da preempção.
- b) não transitará em julgado, uma vez que não resolveu o conflito de interesses.
- c) resulta sempre da ausência de um pressuposto de constituição e/ou desenvolvimento da relação processual.
- d) não autoriza a interposição de recurso, uma vez que fica aberta a via da repropositura.
- e) quando o faça pela existência de litispendência, será obstáculo a que seja intentada de novo a ação, na permanência do motivo que serviu à primeira extinção.

48- Considerando as peculiaridades da ação civil pública,

- a) não pode o órgão do judiciário tomar a iniciativa de remeter peças ao Ministério Público relativas a fatos que possam ensejar a propositura da ação civil pública.
- b) a sentença de improcedência proferida por insuficiência de prova faz coisa julgada material para qualquer legitimado.
- c) a coisa julgada material resultante da sentença condenatória terá eficácia *erga omnes* nos limites da competência territorial do juiz prolator.
- d) aos recursos interpostos contra a sentença condenatória não pode o juiz conferir efeito suspensivo.
- e) promovido o arquivamento de inquérito civil pelo Ministério Público tal providência independe de deliberação do Conselho Superior do Ministério Público.

49- Inconformada com decisão proferida em primeiro grau, a pessoa física apela. O preparo, todavia, foi insuficiente:

- a) articulada na resposta a insuficiência, o juiz pode reexaminar os pressupostos de admissibilidade e determinar o suprimento, em cinco dias.
- b) o juiz determinará o suprimento no prazo de dez dias.
- c) o juiz determinará a subida, fazendo constar do seu despacho prévio de admissibilidade tal circunstância.
- d) o juiz, de imediato, obsta a subida do recurso.
- e) caso o juiz já tenha admitido o recurso, ainda que a parte contrária argua tal deficiência, não pode o juiz reexaminar tal pressuposto.

50- Os embargos declaratórios opostos por omissão efetivamente existente no julgado, com relação a tema constante da apelação e cuja apreciação resultaria em alteração do julgado:

- a) serão repelidos, considerando sua finalidade não recursal.
- b) só podem ser acolhidos com efeito modificativo, se a parte contrária tiver tido oportunidade de contrariá-los.
- c) podem ser acolhidos com efeito modificativo, sem qualquer manifestação do adversário.
- d) podem prestar esclarecimento sobre o tema, sem ter efeito modificativo.
- e) só poderão ter efeito modificativo se propostos em função de contradição.

### **DIREITO COMERCIAL**

51- O ato constitutivo das sociedades autorizadas a operar como instituição financeira bancária é:

- a) negócio complexo
- b) negócio coletivo
- c) ato de instituição
- d) contrato de comunhão de escopo
- e) contrato de empresa

52- Governança corporativa é forma de administração de sociedades visando:

- a) dar aos sócios minoritários mais informações.
- b) tutelar de forma especial os direitos de preferencialistas.
- c) a esquema de colaboração na tomada de decisões de interesse das sociedades.
- d) à exigência de estrangeiros para terem assento nos órgãos da administração.
- e) facilitar a captação de recursos junto a investidores institucionais.

- 53- A responsabilidade de administradores de instituições financeiras decorre de:
- a) serem profissionais.
  - b) serem fiduciários dos clientes.
  - c) deterem informações mais perfeitas do que os clientes.
  - d) atuarem em nome próprio por conta alheia.
  - e) administrarem depósitos qualificados irregulares.
- 54- A função fiscalizadora dos Bancos Centrais sobre as instituições financeiras visa:
- a) a tutela da moeda e do crédito
  - b) evitar riscos sistêmicos
  - c) proteger pequenos depositantes de efeitos perversos da gestão temerária
  - d) garantir a intervenção no mercado financeiro
  - e) impedir atos de imperícia administrativa
- 55- A competência do BCB, no mercado de derivativos,
- a) é irregular quando interfere com a da CVM.
  - b) é concorrente com a da CVM nos contratos futuros de câmbio e ouro.
  - c) não incide sobre operações realizadas fora das Bolsas.
  - d) só pode ser exercida após aprovação do CMN.
  - e) é exclusiva quando relacionada a operações que tenham como ativo subjacente ativos financeiros.
- 56- O contrato de arrendamento mercantil financeiro caracteriza-se por:
- a) ser o bem locado por período indeterminado.
  - b) ser intuito das partes financiar a compra de equipamentos produtivos no exterior.
  - c) ter como causa a distribuição de produtos de consumo durável.
  - d) proibir a revisão por onerosidade excessiva.
  - e) permitir que o arrendatário devolva a coisa ao arrendador antes do termo final alegando obsolescência.
- 57- A especulação é ato intrínseco da atividade mercantil, que se funcionaliza em:
- a) contrato bilateral
  - b) direito formativo desconstitutivo
  - c) direito formativo gerador
  - d) negócio de crédito
  - e) operação em bolsa de futuros
- 58- Um box é uma operação:
- a) que serve para travar a variação de preços de um ativo
  - b) que opera como mecanismo de especulação
  - c) que visa a reduzir riscos
  - d) que produz os mesmos efeitos de uma aplicação de renda fixa
  - e) de engenharia financeira que afasta algumas restrições legais a certas condutas
- 59- Em matéria falimentar, as ações revogatória e revocatória têm por escopo:
- a) expurgar a massa de bens pertencentes a terceiros
  - b) recompor a massa ativa
  - c) impedir fraude a credores
  - d) garantir que o falido não se locuplete com bens desviados
  - e) impedir a venda fictícia de ativos
- 60- O pedido de concordata por instituição financeira é indicativo de:
- a) situação de iliquidez momentânea
  - b) descasamento de operações ativas e passivas
  - c) necessidade de assistência de liquidez
  - d) má administração
  - e) necessidade de intervenção do Banco Central

## DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

61- O estudo das fontes do Direito Internacional Público principia com a leitura do artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Ao citado dispositivo poder-se-ia acrescentar, na hora atual, as seguintes fontes:

- a) Contratos internacionais e decisões de organizações internacionais.
- b) Algumas decisões de organizações internacionais e Constituição dos Estados.
- c) Constituição dos Estados e *lex mercatoria*.
- d) *Lex mercatoria* e determinados atos unilaterais dos Estados.
- e) Determinados atos unilaterais dos Estados e algumas decisões de organizações internacionais.

62- Paul Reuter define tratado internacional como sendo “uma manifestação de vontades concordantes, atribuídas a dois ou mais sujeitos de direito internacional, e destinada a produzir efeitos jurídicos em conformidade com as normas de direito internacional”. Assinale a opção em que figurem, tão-só, exemplos de sujeitos de direito internacional.

- a) Estados, Santa-Sé ou Estado do Vaticano, organizações não-governamentais (ONGs) e indivíduos.
- b) Estados, organizações internacionais e empresas multinacionais.
- c) Estados, Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Santa-Sé ou Estado do Vaticano.
- d) Estados, Organização das Nações Unidas (ONU) e ONGs.
- e) Indivíduos, ONGs, organizações internacionais e Santa-Sé ou Estado do Vaticano.

63- Em relação ao tema da apreciação dos tratados internacionais pelo Congresso Nacional, é correto declarar que:

- a) o Parlamento ratifica o tratado internacional mediante a promulgação de decreto legislativo de aprovação.
- b) os Parlamentares podem acrescentar novos dispositivos ao texto enviado pelo Poder Executivo.
- c) o Presidente do Senado Federal tem competência para, em nome do Parlamento, negociar tratados internacionais que cuidem de temas relacionados com os trabalhos da Casa legislativa.
- d) o Congresso Nacional resolve definitivamente sobre um tratado internacional quando o rejeita.
- e) todo tratado internacional negociado pelo Poder Executivo tem de ser submetido à apreciação congressional.

64- Indique a opção que não contempla cargo privativo de brasileiro nato.

- a) Presidente e Vice-Presidente da República
- b) Ministro do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça
- c) Carreira diplomática e oficial das Forças Armadas
- d) Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal
- e) Presidente da Mesa do Congresso Nacional

65- Quanto à condição jurídica do estrangeiro no Brasil, indique a opção errada.

- a) Impede a extradição a circunstância de ser o extraditando casado com brasileira ou ter filho brasileiro.
- b) A naturalização não extingue a responsabilidade civil ou penal a que o naturalizando estava anteriormente sujeito em qualquer outro país.
- c) O estrangeiro admitido no território nacional na condição de asilado político, além dos deveres que lhe forem impostos pelo direito internacional, ficará sujeito a cumprir as disposições da legislação vigente e as que o governo brasileiro lhe fixar.
- d) É vedada a expulsão de estrangeiro casado com brasileira, ou que tenha filho brasileiro, dependente da economia paterna.
- e) Não se procederá à deportação se implicar extradição inadmitida pela lei brasileira.

66- Uma organização internacional apresenta as seguintes características, exceto:

- a) vontade própria juridicamente distinta da dos seus membros.
- b) caráter de permanência.
- c) origem convencional.
- d) associação constituída exclusivamente de Estados.
- e) realização de objetivos comuns a seus membros.

67- Sobre a responsabilidade internacional, é incorreto afirmar que:

- a) em regra, os Estados não se responsabilizam, no plano internacional, por atos praticados por particulares.
- b) os elementos essenciais à configuração da responsabilidade do Estado são ato ilícito, imputabilidade e dano.
- c) considerando o primado do direito internacional sobre as demais ordens jurídicas, o ato internacionalmente ilícito é uma noção autônoma em relação ao direito próprio dos sujeitos de direito internacional.
- d) para o direito internacional, o endosso é a concessão da proteção diplomática de um Estado a um particular.
- e) tendo em vista a teoria da separação dos poderes, não se pode falar em responsabilidade internacional do Estado por eventual ação ou omissão do Poder Legislativo que ignore obrigação internacional do Estado.

68- Segundo a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), a Corte Internacional de Justiça

- a) é o único órgão judiciário das Nações Unidas.
- b) tem competência para julgar todas as questões que as partes lhe submetam, bem como todos os assuntos especialmente previstos na Carta da ONU ou em tratados e convenções em vigor.
- c) emitirá parecer consultivo, a pedido da Assembleia Geral ou do Conselho de Segurança, sobre qualquer questão de ordem jurídica ou política.
- d) só julga litígios que envolvam Estados e/ou organizações internacionais.
- e) tem quinze membros eleitos por nove anos sem possibilidade de reeleição.

69- Indique qual é a autoridade judiciária competente para fazer a partilha de bens imóveis, situados no Brasil de propriedade de casal grego, domiciliado no Reino da Espanha, que pretende se divorciar.

- a) a Brasileira
- b) a Grega
- c) a Espanhola
- d) a autoridade escolhida pelas partes
- e) a autoridade da lei do foro em que se formalizar o pedido de divórcio

70- A Lei de Introdução ao Código Civil estabelece como elemento de conexão para determinar as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família:

- a) a *lex patriae*
- b) a *lex voluntatis*
- c) a *lex domicilii*
- d) a *lex fori*
- e) a *lex monetae*

---

## DIREITO TRIBUTÁRIO

71- Com que objetivo é facultado, em matéria de imposto, à administração tributária, identificar o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte, respeitados os direitos individuais?

- a) Dar tratamento tributário progressivo na fixação da alíquota e da base de cálculo do imposto.
- b) Estabelecer a uniformidade de imposto federal em todo o território nacional, com base no princípio da capacidade contributiva.
- c) Possibilitar a instituição de empréstimo compulsório em situação emergencial de grave crise econômica.
- d) Dar caráter pessoal a imposto, graduando-o segundo a capacidade econômica do sujeito passivo.
- e) Criar imposto extraordinário em situação de calamidade pública, com base na capacidade contributiva.

72- A natureza jurídica do tributo é determinada pela (pelo)

- a) denominação adotada pela lei.
- b) fato gerador da respectiva obrigação.
- c) destinação legal do montante arrecadado.
- d) compulsoriedade que lhe é inerente.
- e) adoção estrita dos princípios da legalidade e da anterioridade.

73- A não-cumulatividade e a seletividade em função da essencialidade do produto são características obrigatórias do imposto

- a) sobre produtos industrializados
- b) sobre a importação de produtos estrangeiros
- c) sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação
- d) sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários
- e) sobre a exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados

74- Em matéria de Direito Tributário, podemos afirmar que é correta a seguinte assertiva:

- a) As características jurídicas da obrigação tributária tornam relevante para a constituição desse vínculo obrigacional a livre manifestação da vontade dos sujeitos ativo e passivo.
- b) O tributo é uma prestação pecuniária compulsória que não se constitui em sanção de ato ilícito, da mesma forma que as multas e os preços públicos.
- c) os empréstimos compulsórios são da competência exclusiva da União, que pode instituí-los, por meio de lei ordinária ou medida provisória, para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública ou guerra externa.
- d) O lançamento tributário é realizado mediante atividade administrativa discricionária, de acordo com rigorosos critérios de conveniência e oportunidade fixados pela Fazenda Pública.
- e) O estabelecimento de alíquota muito elevada, com o objetivo de desestimular a importação de produto estrangeiro, visando a proteger a produção similar nacional, caracteriza medida tributária de natureza extrafiscal.

75- Uma das formas de integração da norma jurídica tributária, como etapa final do procedimento de interpretação, visando a preencher lacuna da lei pela aplicação de disposição legal relativa a hipótese assemelhada, é

- a) Equidade
- b) Anatocismo
- c) Analogia
- d) Teleologismo
- e) Literalidade

76- Quando o pagamento efetuado por um dos obrigados ao recolhimento de tributo devido, aproveita aos demais obrigados na mesma relação jurídica tributária, ocorre:

- a) responsabilidade tributária
- b) sujeição passiva tributária
- c) preferência tributária
- d) conversão da obrigação tributária acessória em principal
- e) solidariedade tributária

77- Sabendo-se que o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário, por meio do lançamento, extingue-se em cinco anos, esclareça abaixo, assinalando a opção correta.

- a) A hipótese aventada trata de prescrição e o prazo é contado a partir da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária.
- b) Trata-se de decadência, sendo o prazo contado a partir da comunicação ao sujeito passivo.
- c) No caso, cogita-se de remissão, forma de extinção do crédito tributário, e o prazo é contado a partir do exercício seguinte.
- d) Na hipótese, estamos nos referindo ao instituto da decadência, e o prazo é contado a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- e) A ausência do ato administrativo de lançamento opera a prescrição do crédito tributário, contando-se o prazo a partir do nascimento da obrigação tributária.

78- Tendo em vista o disposto na legislação tributária específica e a jurisprudência dos tribunais superiores, pode-se afirmar que as isenções tributárias, mesmo quando concedidas sob condição onerosa, podem ser livremente canceladas pelo ente tributante?

- a) Podem ser canceladas livremente, a exclusivo critério da Fazenda Pública competente.
- b) Nesta hipótese não podem ser livremente canceladas.
- c) Somente podem ser canceladas em casos de emergência, como situações de calamidade pública.
- d) Só não podem ser livremente canceladas se a condição for de natureza resolutive.
- e) Com fundamento no exercício regular do poder de polícia podem ser canceladas livremente.

79- A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário

- a) modifica a liquidez do crédito tributário.
- b) afeta a obrigação tributária que deu origem ao respectivo crédito.
- c) não altera a natureza do crédito tributário, nem da correspondente obrigação.
- d) vincula o lançamento da obrigação tributária e do respectivo crédito.
- e) produz o efeito de prova pré-constituída do crédito tributário.

80- Tendo em vista a natureza e as características da dívida ativa tributária, assinale abaixo a assertiva correta.

- a) Goza da presunção de certeza e liquidez, de forma absoluta.
- b) Tem o efeito de prova pré-constituída.
- c) Desfruta apenas da presunção *juris tantum* de liquidez.
- d) Goza da presunção de certeza e liquidez, a qual não pode ser ilidida por nenhuma espécie de prova.
- e) A liquidez do crédito tributário inscrito em dívida ativa fica excluída em decorrência da fluência de juros de mora.

## DIREITO PENAL

81- Indique, nas opções abaixo, dois princípios contidos no art. 1º do Código Penal:

- a) da legalidade e da anterioridade
- b) da reserva legal e da culpabilidade
- c) da proporcionalidade e da legalidade
- d) do duplo grau de jurisdição e da reserva legal
- e) da culpabilidade e do devido processo legal

82- A analogia é considerada uma forma de auto-integração da lei. A respeito dela é possível afirmar:

- a) Que diante do princípio da legalidade do crime e da pena, pelo qual não se pode impor sanção penal a fato não previsto em lei, é admissível o emprego da analogia para criar ilícitos penais ou estabelecer sanções criminais.
- b) Que onde há uma regra legal que tenha caráter definitivo é possível o emprego da analogia.
- c) Que nada impede a aplicação da analogia às normas incriminadoras quando se vise, na lacuna evidente da lei, favorecer a situação do réu por um princípio de equidade.
- d) A analogia *in bonam partem*, por contrariar o princípio da reserva legal, não pode ser aplicada em Direito Penal.
- e) No Direito Penal só é admitida a analogia *in malam partem*.

83- Em se falando de circunstâncias do crime, pode-se afirmar que:

- a) o rol das agravantes não é taxativo, mas o rol das atenuantes é.
- b) as chamadas circunstâncias judiciais são consideradas na terceira fase do cálculo, pelo juiz.
- c) as circunstâncias legais podem ser genéricas e especiais.
- d) segundo o pensamento dominante, uma circunstância atenuante pode fazer com que a pena seja fixada abaixo do mínimo legal.
- e) o cálculo da pena é trifásico: inicia-se com as circunstâncias judiciais, seguido das legais e finalizado pelas circunstâncias atenuantes e agravantes.

84- Uma folha de cheque é subtraída. Após falsificar a assinatura do correntista, o agente utiliza o cheque na compra de determinado bem, obtendo vantagem ilícita em prejuízo alheio. Se aplicado o princípio da consunção, o agente do delito responderá por

- a) furto e falsificação de documento em concurso formal.
- b) estelionato e furto, em concurso material.
- c) furto e estelionato, em continuidade delitiva.
- d) estelionato, como crime único.
- e) estelionato, furto e falsificação de documento, em concurso material.

85- Na hipótese do artigo 300 do Código Penal, que trata do crime de falso reconhecimento de firma ou letra, é correto afirmar:

- a) que não há diferenciação no tocante à pena quando se trata de documento público ou particular.
- b) que se consuma o crime com o reconhecimento da firma ou letra, independentemente do fim dado ao documento em que a firma foi reconhecida.
- c) que se trata de crime impróprio em que somente o funcionário com fé pública para reconhecer tal firma ou letra é que pode ser sujeito ativo.
- d) que há punição a título de culpa.
- e) para que o partícipe incorra no mesmo crime, exige-se que ele seja também funcionário público.

86- No crime de prevaricação é possível afirmar que:

- a) a simples negligência do funcionário público, sem a prova contundente do dolo específico é capaz de caracterizar o crime.
- b) admite-se a tentativa tanto na forma comissiva como na omissiva.
- c) a prevaricação pode absorver crime mais grave.
- d) para a caracterização do crime de prevaricação, não é necessário que o agente tenha agido com o propósito de satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- e) o crime consuma-se na modalidade omissiva, com a não realização do ato *opportuno tempore*, e na modalidade comissiva, com a efetiva prática do ato ilegal.

87- De acordo com a Lei nº 8.137/90, que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, é possível afirmar que:

- a) apenas a redução ou supressão de imposto constitui crime.
- b) só condutas comissivas são tipificadas.
- c) há previsão de crimes formais.
- d) o sujeito ativo é somente o contribuinte.
- e) admite-se a responsabilidade penal da pessoa jurídica.

88- Nos termos da Lei Complementar 105, de 10 de janeiro de 2001,

- a) não são consideradas instituições financeiras as sociedades de crédito imobiliário.
- b) as empresas de *factoring* obedecerão às normas aplicáveis às instituições financeiras previstas na lei.
- c) constitui violação do dever de sigilo a revelação de informações sigilosas com o consentimento expresso dos interessados.
- d) a quebra do sigilo pode-se dar somente antes da propositura da ação penal.
- e) admite-se a quebra de sigilo para roubo seguido de morte e todas as modalidades de homicídio qualificado.

89- Em se falando de Lei Falimentar (Dec. Lei nº 7.661/45), pode-se afirmar que:

- a) o sujeito ativo será somente o falido.
- b) admite-se a forma culposa, conforme o caso.
- c) os sujeitos passivos são sempre a administração da justiça e a fé pública.
- d) não constitui efeito da condenação por crime falimentar a interdição do exercício do comércio.
- e) na hipótese do art. 186, não se admite a tentativa por se tratarem de figuras antefalimentares que passam a ser consideradas delituosas em razão da decretação da falência.



90- Em se tratando dos efeitos civis da sentença penal,

- a) preenchidos os requisitos do art. 92 do CP, não há necessidade de declaração expressa na sentença.
- b) não se reconhece como produto do crime o dinheiro obtido com a venda da *res furtiva*.
- c) para o reconhecimento da incapacidade para o exercício do pátrio poder é dispensável que se trate de condenação por crime doloso.
- d) o Juízo cível não poderá reabrir a questão de mérito sobre a responsabilidade civil pelo fato reconhecido como crime, por sentença com trânsito em julgado.
- e) sendo certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, não é permitida a discussão acerca do *quantum* devido no juízo cível.

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

91- A lei processual penal nova aplica-se:

- a) somente aos processos iniciados após sua entrada em vigor.
- b) desde logo, mas somente aos processos que se encontrarem em primeira instância.
- c) desde logo, mas apenas se for favorável ao acusado.
- d) desde logo, ainda que seja desfavorável ao acusado.
- e) somente aos fatos ocorridos a partir de sua vigência.

92- Em relação ao inquérito policial, é correto afirmar que:

- a) uma vez arquivado o inquérito, é inadmissível a propositura de ação penal privada subsidiária.
- b) a decisão que determina o arquivamento do inquérito por falta de base para a denúncia faz coisa julgada material.
- c) nos crimes de ação de iniciativa privada, a autoridade policial somente poderá proceder à instauração de inquérito mediante representação do ofendido ou de seu representante legal.
- d) o inquérito é peça imprescindível ao oferecimento da denúncia.

e) a autoridade policial pode decretar a incomunicabilidade do indiciado preso.

93- A chamada prescrição retroativa

- a) regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime.
- b) regula-se pela pena aplicada na sentença ou no acórdão.
- c) regula-se pelo mínimo da pena privativa de liberdade cominada ao crime.
- d) não se verifica se houver recurso do Ministério Público, ainda que improvido.
- e) não pode ter como termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa.

94- Várias pessoas, entre elas um juiz federal, cometem crimes conexos entre si, sendo uns de competência da Justiça Federal e outros da Justiça Estadual. Pergunta-se: Qual será o órgão competente para conhecer do processo?

- a) A Justiça Federal de primeira instância, para todos os acusados.
- b) A Justiça Estadual de primeira instância, para todos os acusados.
- c) O Tribunal Regional Federal, originariamente, para o juiz federal, e a Justiça Estadual de primeira instância, para os demais.
- d) O Tribunal Regional Federal, originariamente, para todos os acusados.
- e) A Justiça que primeiro conhecer da causa.

95- O assistente da acusação poderá ser admitido

- a) a qualquer tempo, após a instauração do inquérito policial.
- b) após o recebimento da denúncia e antes da sentença.
- c) após o recebimento da denúncia e antes do trânsito em julgado da sentença.
- d) após o oferecimento da denúncia e antes da sentença.
- e) após o oferecimento da denúncia e antes do trânsito em julgado da sentença.

96- No incidente de falsidade,

- a) a decisão que reconhece a falsidade, uma vez irrecorrível, faz coisa julgada sobre a ocorrência do crime de falsidade.
- b) qualquer que seja a decisão proferida no incidente, é passível a interposição de recurso em sentido estrito.
- c) somente a decisão que, ao término do incidente, reconhecer a falsidade, é passível de recurso em sentido estrito.
- d) o juiz não pode, de ofício, proceder à verificação da falsidade.
- e) reconhecida a falsidade, por decisão irrecorrível, o Ministério Público poderá aditar a denúncia oferecida nos autos principais.

97- Em se tratando de seqüestro de bens, é correto afirmar que:

- a) para sua decretação bastará a prova da existência da materialidade da infração.
- b) somente poderá ser decretado após o recebimento da denúncia.
- c) será levantado se não for proferida sentença no prazo de 60 dias, contado da data em que ficar concluída a diligência.
- d) serão passíveis de seqüestro todos os bens imóveis do indiciado ou acusado.
- e) será levantado se ocorrer a prescrição da ação penal.

98- Em relação à prisão temporária, é possível sua decretação:

- a) em todo e qualquer crime.
- b) em todos os crimes apenados com reclusão.
- c) em alguns crimes elencados na lei.
- d) somente nos crimes hediondos.
- e) somente nos crimes contra a vida e o patrimônio.

99- Em relação ao exame de corpo de delito, é correto afirmar que:

- a) em regra, será realizado por pelo menos um perito oficial.
- b) excepcionalmente, poderá ser realizado por duas pessoas idôneas, independentemente de serem portadoras de diploma de curso superior.
- c) em caso de lesão corporal, proceder-se-á sempre a exame complementar, para caracterizar a gravidade da lesão.
- d) a confissão do acusado pode suprir o exame de corpo de delito, quando a infração deixar vestígios.
- e) a prova testemunhal pode suprir o exame de corpo de delito, quando os vestígios desaparecerem.

100- De acordo com a Lei nº 1.079/50, que regula o processo de julgamento dos crimes de responsabilidade, a procedência de denúncia formulada por qualquer cidadão em face do Ministro de Estado é decretada pela(pelo):

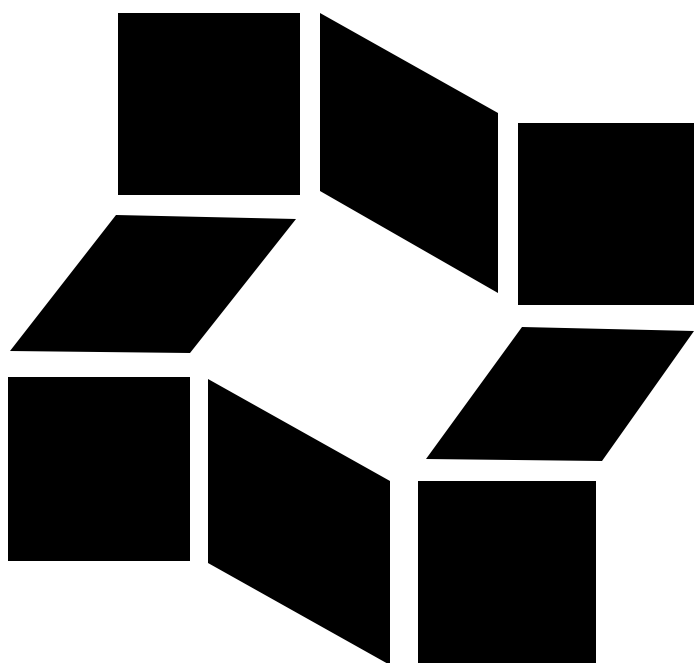
- a) Câmara dos Deputados
- b) Senado Federal
- c) Congresso Nacional
- d) Supremo Tribunal Federal
- e) Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal











**ESAF**



Escola de Administração  
Fazendária

## Concurso Público - Banco Central

PROCURADOR

**Prova a.3**

2  
0  
0  
1

### INSTRUÇÕES

Nome: \_\_\_\_\_

- 01 - Escreva seu nome, de forma legível, no local indicado.
- 02 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado e datado, no seu verso.
- 03 - **DURAÇÃO DA PROVA: 5 horas**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 04 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 100**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 05 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 06 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 07 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 08 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciada a prova.
- 09 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular, etc.).
- 10- Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.8 do edital.
- 11- Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12- Este caderno de prova está assim constituído:

Disciplinas	Questões	Peso
Direito Constitucional	01 a 15	1,5
Direito Administrativo	16 a 30	
Direito Civil	31 a 40	
Direito Processual Civil	41 a 50	
Direito Comercial	51 a 60	
Direito Internacional Público e Privado	61 a 70	
Direito Tributário	71 a 80	
Direito Penal	81 a 90	
Direito Processual Penal	91 a 100	

**Boa Prova**